

# Aureliano: Congresso é bode expiatório

BRASÍLIA — O ex-Ministro das Minas e Energia Aureliano Chaves acusou, ontem, o Governo de estar tentando usar o Congresso como bode expiatório do fracasso na tentativa de controlar o déficit público e controlar a inflação. Durante palestra sobre privatização na Comissão de Fiscalização e Controle do Executivo da Câmara dos Deputados, Aureliano fez uma enfática defesa do Legislativo, que "não pode agir servilmente em relação ao Executivo em detrimento do interesse nacional".

— O Congresso deve ter uma posição de firmeza, sem hostilidade, e não transigir naquilo que, em sua visão, não convém ao interesse público — disse.

Aureliano evitou comentar a inclusão, pelo Presidente Sarney, de seu nome na lista dos que podem assumir o papel de candidato das forças conservadoras. Segundo o ex-Ministro,

qualquer convergência política deve ser baseada em ideais e não ser articulada contra outros candidatos, numa alusão a uma possível aliança contra Luís Inácio Lula da Silva (PT) e Leonel Brizola (PDT).

O presidenteável do PFL recusou-se a comentar as declarações do ex-Presidente Jânio Quadros de que a Constituição cerceia o exercício da Presidência da República. Disse apenas que, como candidato, não vê perspectiva de restrição pela Carta em vigor.

— No Brasil é comum a prática do não experimentei e não gostei. A Constituição está aí para ser obedecida.

Aureliano foi aplaudido pela pequena plateia de cerca de 60 pessoas, na maioria parlamentares, ao defender o papel do Congresso na definição das áreas a serem privatizadas. Disse que a sociedade não pode deixar de ser consultada sobre os assuntos de importância na-

cional e que durante sua administração no Ministério da Minas e Energia procurou ouvir representantes de todos os segmentos.

— Eu consultei até a CUT. Embora não concorde com ela, não poderia excluí-la, porque a CUT pode estar certa e eu, errado. Se o Brasil depender somente de seus eventuais governantes estará perdido. As vezes o sujeito se julga um superhomem quando vai para o Executivo — afirmou.

Ele recomendou cuidado na composição do capital nas privatizações, frisando que se considera "não um xenófobo, mas um nacionalista", precaução, "para que o Estado não seja substituído pela proliferação dos oligopólios"; e um exame atento das propostas de conversão da dívida externa. E mostrou-se contrário à aquisição de empresas estatais com financiamentos do próprio Estado.

253  
6 ABR 1985  
O GLOBO